

ACTA N.º 8

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 1998

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de mil novecentos noventa e oito, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba.

Aberta a sessão, procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a falta da D. Conceição Cavaco Bismarck de Melo, que justificou a sua falta.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Assembleia procedeu à leitura da Moção sobre o prémio Nobel atribuído a José Saramago, apresentada pelo membro Sr. Joaquim Cardoso, anexa ao final desta acta como documento número um e que aqui se dá como reproduzida.

Posta esta Moção à discussão foi dada a palavra ao **Sr. Carlos Cabral** que disse estar de acordo com o voto de congratulação à atribuição do prémio Nobel da literatura a José Saramago, no entanto, acrescentou que não foi a entrega deste prémio que universalizou a nossa literatura. Quanto ao ponto três da Moção disse discordar com ele pois em três quartas partes da humanidade, a Declaração Universal do Homem não é seguida como tal não crê que seja por aí que se "encontre caminho florido do futuro".

O Sr. Joaquim Cardoso lembrou outros escritores Portugueses a quem poderia ter sido atribuído o prémio Nobel (Miguel Torga, David Mourão Ferreira, Lobo Antunes, entre outros), no entanto professores de literatura entendem que este prémio Nobel universalizou a língua Portuguesa na justa medida em que se reconheceu uma literatura que em muitos sítios da Europa já eram reconhecidas. É um prémio, disse, que Portugal já merecia há muito tempo.

Quanto à Declaração Universal dos Direitos do Homem disse que em parte está de acordo com a intervenção do Sr. Carlos Cabral, no entanto disse não ver que outra alternativa poderá haver para os direitos humanos. Os direitos humanos são em seu entender a síntese da ética de todas as religiões, não colidem com nenhuma na sua essência e à sua semelhança são uma larga estrada que há que percorrer.

O Sr. Joaquim Rézio sobre este assunto disse sentir-se muito satisfeito por ter sido um Português a ganhar o prémio Nobel da Literatura. Acrescentou que nem sempre ganha aquele que parece que devia ganhar, na medida em que não é fácil comparar feitos quando não se trata de ciências exactas. Para terminar disse estar de acordo e muito orgulhoso com o prémio Nobel, com os aproveitamentos políticos é que não.

Não havendo mais inscrições, **o Sr. Presidente da Assembleia** pôs esta Moção à votação tendo sido aprovada por maioria com quinze votos a favor e três abstenções.

Em seguida o **Sr. Presidente da Assembleia**, a pedido do Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, convidou os eleitos a assistir à assinatura do protocolo para a construção da obra da igreja e casa mortuária da Nora, no dia dez de janeiro próximo, para o qual se deslocaria em visita a esta freguesia o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do território.

O Sr. Moura Lopes apresentou a Moção sobre "Reforço dos meios financeiros do programa Operacional da região Alentejo (PORA)" que fica anexa ao final desta acta como documento número dois e que aqui se dá como reproduzida.

Posta à discussão interveio o **Sr. Rézio** que perguntou se em relação a este programa Borba já recebeu alguma parte e quanto.

O Sr. Moura Lopes disse que no mês de Dezembro e em relação a obras já executadas foram recebidos cerca de noventa mil contos e que se a Câmara não tivesse a ousadia de as executar não as tinha recebido. isto prova, disse, que é preciso as Câmaras serem ousadas, fazerem as obras e candidatá-las.

A Vereadora Filipa deu então conhecimento dos números concretos em relação a este programa.

Foi dada a palavra ao **Sr. Paixão** que disse não perceber porquê tanto barulho à volta deste tema, se pelas suas contas faltam apenas receber cerca de vinte e cinco mil contos.

O Sr. Carlos Cabral concluiu que a Moção apresentada vem na sequência da que tinha estado presente quando da discussão do PORA e que tenta de uma forma sistemática reivindicar aos Órgãos Governamentais mais dinheiro para o Alentejo. Disse fazer-lhe confusão que não se discuta nem a qualidade dos projectos nem a estratégia de desenvolvimento, mas se reclame sistematicamente mais dinheiro.

Dada a palavra ao **Sr. Moura Lopes** lembrou que se não tivessem sido persistentes nesta questão, algumas das verbas recebidas pela câmara de Borba, não o tinham sido.

O Sr. Joaquim Manguinhas disse que os eleitos do PS esforçam-se por defender o Governo e os eleitos da CDU esforçam-se por defender os interesses de Borba, apoiando a Câmara que apresenta projectos para resolver problemas do Concelho de Borba.

Interveio o **Sr. Carlos Cabral** dizendo que os quadros comunitários de apoio têm limites e o PORA estava naquela altura em rateio e portanto mais importante do que distribuir dinheiro é avaliar a qualidade dos projectos, avaliar aqueles que são estruturantes, avaliar aqueles que trazem algum futuro. Lembrou que o PORA foi dirigido por uma comissão constituída também por dois autarcas que por acaso eram da CDU, e que escolheram os projectos.

Em seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** pôs esta Moção á votação a qual foi aprovada por maioria com nove votos a favor, sete votos contra e duas abstenções.

O Sr. Rézio apresentou a seguinte declaração de voto:

"O PSD votou abstenção no sentido de que entende que de facto é necessário por alguns meios, todos aqueles que sejam honestos e legais e que me parece são estes, angariar quantos mais fundos melhor para o desenvolvimento do concelho, não deixo no entanto de referir e condenar a posição dum elemento CDU sobre esta Moção em que há os bons e os maus da fita, há os que gostam e os que não gostam de Borba, isso é condenável, porque não pretendemos, pelo menos da nossa parte que em situações destas que são importantes para o nosso concelho esteja a dizer quem defende e quem está contra, pois todos queremos atingir os mesmos fins, embora por caminhos diferentes."

O Sr. Presidente da Assembleia leu a Moção apresentada pelo Sr. Artur Pombeiro, anexa ao final desta acta como documento número três, colocando-a em seguida à discussão.

Não havendo intervenções foi esta Moção posta à votação tendo sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor e duas abstenções.

Foi dada a palavra ao **Sr. Andrade** que falou sobre a proposta apresentada na Assembleia da República pelo grupo Parlamentar do Partido Ecologista os Verdes acerca da variante Borba/Vila Viçosa, devido ao tráfego intenso de camiões naquela zona. No entanto acrescentou que esta proposta foi rejeitada com os votos contra do PS, concluindo desta forma que o Governo está a impedir o nosso desenvolvimento.

Interveio o **Sr. Carlos Cabral** que disse que o interesse de Borba não é aprovar todas as obras mas sim tentar construir o futuro de Borba, é ter uma estratégia do futuro de Borba, isso sim é importante e vale a pena perder tempo.

O **Sr. Artur Pombeiro** falou do vandalismo que continua a assolar Borba, do tráfico de droga em pleno centro da vila, isto sim, disse, são situações que preocupam e que se devia tentar alguns esforços junto das autoridades policiais.

Falou ainda sobre o lixo junto dos contentores chamando a atenção da Câmara que para além das informações já feitas à população deveriam ser feitas ainda mais pois não faz sentido que a câmara tenha feito um investimento na aquisição dos contentores e o lixo esteja a ser depositado fora dos mesmos.

Foi dada a palavra ao **Sr. Norberto Alpalhão** lembrando o assunto da ultima assembleia em que a Vereadora Filipa apelidou os professores do concelho de Borba de incompetentes, pois segundo ela foi a Câmara que resolveu o assunto da animadora que fazia falta para que as escolas funcionassem bem, disse não ter respondido na altura por desconhecimento da situação no entanto procurou informar-se junto da escola e o que lhe foi dito foi que o processo seguiu os trâmites legais de todos os anos. A DREA sofreu atrasos e não foi graças à Sr.^a Vereadora que o assunto foi resolvido, mas sim pela DREA, embora com alguns atrasos, disse.

O **Sr. Paixão** lamentou a ausência do Sr. Presidente da Câmara nas festas de Natal dos idosos do nosso concelho.

O **Sr. Artur Pombeiro** agradeceu em nome da Juntas de Freguesia Matriz e São Bartolomeu todo o apoio que a câmara lhes concedeu para a realização da festa do Natal do Idoso.

PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Iniciado este período, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra aos seguintes elementos do público:

D. Maria do Carmo Alpalhão agradeceu todo o esforço que tem sido feito em favor dos Municípios do Concelho de Borba. Apelou no entanto no sentido de ser arranjada uma solução para a Rua de S. Bartolomeu, pois quando chove deixa de ser uma rua e passa a ser um rio.

O **Sr. Lino Letras** falou sobre a iluminação pública da aldeia da Nora que é péssima; o problema das águas na Av^a da Nave - Nora
.Falou ainda sobre a não atribuição de subsídios para a festa em honra de S. Lourenço - Nora, por motivos de não se tratar de uma festa popular e como tal não ser contemplada no orçamento.

O **Sr. Domingos Pécurto** disse estar ali em representação dos moradores do Largo de S. Sebastião e Rua de s. Francisco para levantar mais uma vez o problema do bar D. Vito que está a prejudicar todos aqueles moradores, com distúrbios e barulhos provocados pelos frequentadores do referido bar.

ORDEM DO DIA

1- APROVAÇÃO DA ACTA NÚMERO SETE E SUA CONTINUAÇÃO.-

O **Sr. Presidente da Assembleia** pôs a acta à discussão.

Interveio o **Sr. Joaquim Miguel** que pediu para que o secretário ouvisse a intervenção (página dez da acta) do vereador do PS quando afirmou "Por uma questão de principio não tenho que estar às ordens...", que não sabe porquê, foi omitida esta frase.

O **Sr. Presidente da Assembleia** disse que a forma como vêm sendo elaboradas as actas tem que ser alterada pois é uma violência para quem as faz, para quem as lê e para quem as ouve.

O **Sr. Proença** pensa que uma acta deve ser composta apenas pelos factos essenciais.

Não havendo mais nenhum elemento inscrito, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs a acta número sete e sua continuação à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

2- LEITURA DE EXPEDIENTE.

Foi dada a palavra à Primeira Secretária **D. Ivone Espiguiha** que informou da correspondência recebida desde a última Assembleia:

Da Câmara Municipal de Borba:

Ofício juntando cópia do organograma da Câmara.

Ofício solicitando a eleição de um representante para integrar a Comissão Municipal de Trânsito.

Ofício dando conhecimento dos assuntos para a sessão da Assembleia Municipal.

Da Associação Nacional de Municípios Portugueses:

Ofício sobre privatização dos serviços de águas e balanço da execução dos programas para tratamento de esgotos.

Ofício sobre proposta de Lei do Orçamento de estado para o ano de mil novecentos noventa e nove.

Ofício sobre seminários - Concessão dos serviços de águas - envio de relatório.

Ofício juntando boletins daquela Associação.

Ofício juntando agenda planing.

Da Associação Distrital de Évora:

Ofício juntando parecer sobre a possibilidade de substituição dos Presidentes de Juntas de Freguesia eleitos para a Assembleia Distrital.

Convite para a assinatura do "Protocolo de acordo entre a Assembleia Distrital e o Presidente da Região de Turismo de Évora para a reabertura e gestão do Museu de Artesanato.

Ofício do Governo Civil de Évora convidando para a cerimónia de assinatura do protocolo de cedência de meios informáticos para as Juntas de Freguesia.

Ofício do Gabinete do Primeiro Ministro acusando a recepção dos faxes remetendo as moções aprovadas por esta Assembleia Municipal.

Ofício da Comissão de Coordenação da região Alentejo sobre "Cooperação Transfronteiriça - Encontro de Municípios".

Ofício do X Congresso sobre o Alentejo juntando fichas de inscrição para o X Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo a levar a efeito em Serpa.

Ofício da Assembleia Municipal de Sernancelhe juntando deliberação daquela Assembleia sobre Lei das Finanças Locais.

Ofício do Centro de Estudos e formação Autárquica juntando Regulamentos Urbanísticos Municipais - Técnicas de elaboração".

Ofício do Grupo Parlamentar do PSD juntando documento alusivo ao programa para a descentralização.

Ofício do Grupo Parlamentar do PSD sobre a situação decorrente da injusta cobrança, pelo tribunal de Contas, de emolumentos pela fiscalização das contas das Autarquias.

Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes" juntando cópia dos requerimentos sobre "Variante à EN 225" e utilização das natas das pedreiras de mármore para selagem e impermeabilização de aterros", bem como a resposta aos mesmos. Ofício juntando proposta PIDDAC/99.

Ofício do Partido Comunista Português - Direcção Regional de Évora, juntando tomada de posição da Comissão Política do PCP sobre a agressão dos EUA e da Grã-Bretanha ao Iraque.

Ofício do Grupo de Teatro "Pé ante Pé" fazendo a sua apresentação.

Ofício do Centro Cultural de Borba convidando para o almoço de confraternização do décimo sétimo aniversário da Filarmónica.

Ofício das Paróquias de Borba sensibilizando para a recolha de sangue que levou a efeito.

Convites das Juntas de freguesia de Matriz, S. Bartolomeu, Orada e Rio de Moinhos para os almoços de natal do Idoso. Ainda da Junta de Freguesia de Matriz convidando para a sessão solene de entrega de prémios do Terceiro Concurso de Poesia Popular Alentejana.

Foi ainda dado conhecimento das várias publicações recebidas entre as quais salientou os jornais da APD e Terras Brancas, bem como dos vários cartões de Boas festas também recebidos.

Para terminar a Primeira Secretária procedeu à leitura da carta enviada pelos moradores da rua de s. Sebastião e rua de S. Francisco acerca do bar D. Vito.

3- ACTIVIDADES DA CÂMARA.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra à **Vereadora Filipa** que se encontrava presente em substituição do Sr. Presidente da Câmara, que começou por responder ao público.

Assim referindo-se às Festas da Nora disse que tem sido critério dar apoio às comissões de festas de iniciativas populares e não às de iniciativas só religiosas, visto serem aquelas que acarretam mais despesas e no que diz respeito às festas da Nora, disse as iniciativas são unicamente religiosas.

Quanto ao Bar D. Vito disse que tal como para a Assembleia Municipal também para a Câmara foram enviadas cartas reflectindo preocupações e mau estar das pessoas que vivem naquela zona. referiu que o Decreto-lei quarenta e oito barra noventa e seis de quinze de Maio estabelece o horário destas casas. no entanto, disse a Câmara pode restringi-lo, com razões fundamentadas, mas só depois de ouvidas várias entidades. disse que o horário já tinha sido restringido das quatro para as duas horas da manhã, no entanto a informação que têm é que o mesmo não está a ser cumprido e continuam a haver queixas. Disse que este assunto já esteve em reuniões de Câmara por diversas vezes, que a GNR já lá foi várias vezes, talvez não tantas quantas as que deveriam ser. Disse já ter sido solicitada à GNR uma vigilância muito mais apertada àquele estabelecimento e que estava a decorrer nova consulta às entidades para que o horário venha a ser restringido das duas horas para a meia noite. Quanto ao cumprimento ou não dos horários, bem como da garantia da tranquilidade dos moradores daquela rua, disse, já são da competência de fiscalização por parte das forças policiais, pois os poderes da câmara são os que são e não podem ir para além deles.

Passou em seguida a palavra ao **Vereador Serra** que, respondendo sobre o assunto da Rua de S. Bartolomeu, disse que em mil novecentos e noventa e nove se lhe dá a devida atenção de modo a solucionar aquele problema.

Iluminação pública da Nora disse não depender só da câmara mas também da EDP pois já foram pedidos reforços de iluminação pública no entanto a EDP não tem hipóteses de reforçar pois os PT que lá existem estão sobrecarregados, no entanto acrescentou que o loteamento da Nave vai trazer soluções para este problema.

A água da Avenida da Nave disse que este problema deve-se à má execução de parte da Empresa que realizou a obra da estrada e que as deficiências da mesma já foram manifestadas junto da empresa que vai ter que as reparar.

A Vereadora Filipa pediu desculpas mas tinha-se esquecido de informar a Assembleia que o Sr. Presidente da câmara não se encontrava presente por motivo de férias.

Em relação à actividade da Câmara disse ter sido distribuído um relatório sucinto de toda a actividade da Câmara, no entanto se houvesse questões a colocar ela responderia.

Referindo-se às escolas e ao assunto levantado pelo membro Sr. Norberto Alpalhão disse que "a questão foi colocada com violência no entanto aquilo que se passou a acta da anterior Assembleia reflecte bem aquilo que eu disse e continuo a dizer que nas escolas do primeiro ciclo e pré-primária é da competência da Direcção Regional de Educação colocar pessoal auxiliar, continua a ser da competência do Ministério da Educação enquanto não forem transferidas para as autarquias outras competências nessa matéria".

Disse que o assunto dos auxiliares ficou resolvido com a intervenção do Agrupamento de Escolas mas também com a intervenção verbal e escrita da câmara municipal de Borba e só após esta última é que o assunto foi desbloqueado.

Foi dada a palavra ao **Sr. Artur Pombeiro** que voltou a abordar o assunto das passadeiras na área da freguesia de S. Bartolomeu, lembrando que frente ao jardim ainda não foi feita.

Em relação à Rua António Joaquim da Guerra disse que se encontrava às escuras e que já tinha informado a EDP no entanto até àquela data continuavam as lâmpadas por substituir.

Chamou a atenção para o trânsito na Rua Treze de Janeiro porque há estacionamento no lado direito e porque existe naquela rua uma fábrica de carnes que necessita de carregar e descarregar várias vezes por dia, a Rua fica intransitável tornando-se num caos.

O Sr. Norberto Alpalhão falou para além do problema do bar D. Vito outros problemas acontecem nesta vila, frisando o problema da droga que é passada em plena via pública até mesmo na zona do posto da GNR.

Foi dada a palavra ao **Sr. Carlos Cabral** que perguntou em que fase se encontrava o assunto da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu uma vez que tinha havido um parecer da Direcção Geral das Autarquias em que é permitida a transferência de dinheiro do Executivo Camarário para as Juntas de Freguesia.

Disse que tal como tinha referido na ultima Assembleia, o Regulamento para a venda de lotes de terreno na zona industrial padecia de um enorme defeito que era não ter discriminação positiva nenhuma a favor de nada. Comentou em seguida a forma como as hastas públicas e o sorteio tinha decorrido concluindo que "uma zona dita industrial não cabe em nenhuma estratégia de desenvolvimento da Câmara. A Câmara demite-se de orientar de qualquer maneira o desenvolvimento, alguma justiça social, alguma discriminação positiva, quer em relação a industrias que sirvam o concelho de Borba, quer em relação a pessoas, quer em relação a situações económicas". Acrescentou ainda que "o que temos é uma zona dita industrial que passa por uma transferência de oficinas da zona mais antiga de Borba para aquela, não tendo criação de postos de trabalho nos lotes já vendidos há mais anos e veremos o que vai acontecer com estes, quantos postos de trabalho foram criados, quanto custou à Câmara Municipal aquela infra-estrutura, quanto custa cada posto de trabalho criado pelo dinheiro gasto desde compra do terreno, ao loteamento e às infra-estruturas. Então o Executivo Camarário não tem obrigação de orientar, de intervir nalguns aspectos do desenvolvimento do concelho, então não tem obrigação de orientar e intervir quais as industrias que podem vir para o concelho, na discriminação positiva dos desempregados ou dos jovens para se fixarem no concelho, Então o executivo Camarário acha que o sorteio e o leilão são a forma de resolver uma zona industrial do concelho de Borba".

O Sr. Diogo Sapatinha perguntou em que data e por qual o valor da aquisição do terreno dos lotes agora vendidos.

Dada a palavra ao **Sr. Cardoso** falou sobre a questão da droga e das casas de alterne, concluindo que pouco ou nada as câmaras podem fazer, pois trata-se de questões a nível mundial.

O Sr. Artur Pombeiro pediu esclarecimentos à Câmara sobre o lote de terreno que foi doado aos Bombeiros mas que estes nem sequer ainda sabem onde fica localizado.

O Sr. Paixão reconheceu as melhorias que já foram feitas na freguesia de rio de Moinhos no entanto lamentou aquelas que ainda não foram feitas (falta de contentores, tampas partidas, passadeiras, entre outras).

O Sr. Proença perguntou ao Executivo o que se estava a passar com a água potável que abastece a aldeia da Nora, pois não tem pressão e está a provocar estragos nos electrodomésticos. Falou ainda sobre o posto médico da Nora que continuam por fazer.

Foi dada a palavra à **Vereadora Filipa** que passou a responder dizendo que o assunto da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu é financeiro e estava já resolvido da forma que a Câmara e a junta tinham

acordado entre si transferindo oficialmente a funcionária daquela Junta para o quadro da câmara, ficando destacada ao serviço da Junta de Freguesia.

Quanto à questão do lote doado aos Bombeiros, disse que o mesmo está identificado, sabe-se qual é, e brevemente os Bombeiros iriam receber a localização do mesmo.

O Vereador Serra disse em relação ao trânsito, passadeiras, etc., estava a ser formada a Comissão Consultiva de Trânsito para que cada caso possa ser avaliado.

Quanto à iluminação pública da Rua António Joaquim da Guerra e Rua Dr. Ramos de Abreu disse que também a Câmara já tinha colocado esta assunto à EDP quer oficialmente quer particularmente.

Sobre a zona industrial disse que o Regulamento já estava feito, tinha falhas e deficiências, no entanto o que o Executivo procurou foi dar possibilidade a toda a gente e não fazer os terrenos caros. Disse que os terrenos foram adquiridos por fazes desde o ano de noventa e seis até noventa e oito e o preço foi de seiscentos escudos o metro quadrado.

Referindo-se ao problema da água na Aldeia da nora disse ser um assunto que o preocupa pois poderão estar ali, segundo especialistas, a precisar de uma remodelação da rede de águas. Adiantou ainda estar a ser feitos estudos para virem a ser feitos ensaios que possam vir a solucionar em parte aquele problema, sem a remodelação da rede de águas.

Quanto ao arranjo exterior do posto médico da Nora disse haver um projecto que se completa com o loteamento e que a seu tempo será executado.

O Sr. Presidente da Assembleia pediu à Sr^a Presidente se podia dar a palavra ao Vereador Mário, o que foi concedido.

O Vereador Mário que disse " esta Assembleia tem como objectivo aprovar o orçamento para o ano de mil novecentos e noventa e nove, que já foi aprovado em reunião de câmara, à pressa, sem ser nas melhores condições, porque era urgente que o fosse ainda no ano de mil novecentos noventa e oito e que agora o Presidente da Câmara, que faz pressão e imprime um certo ritmo que ele acha o mais condizente com as necessidades do concelho, obriga-nos a estar aqui numa terça feira à noite e falta a esta sessão. Falta aquele que é a cabeça da Câmara, o principal responsável".

Referindo-se à bancada da CDU, criticou-a pela forma como apresentam os assuntos dos Fundos Comunitários acusando os autarcas do PS de estarem a defender quem dá o dinheiro e estarem contra Borba.

Quanto aos lotes de terreno da zona industrial que também estão ligados aos fundos comunitários disse que o PS não pode é ficar impassível a ver que foi criado nesta Câmara um Gabinete de Apoio e de Desenvolvimento Económico (GADE) que custa dinheiro e que nem sequer recolhe os projectos dos interessados. Acrescentou que ao ser feita a venda dos lotes da forma como foram, não se sorteiam projectos mas sim pessoas o que, disse, ter responsabilidade sobre isto pois nunca perguntou em reunião de câmara como se processava, porque também nunca lhe tinha passado pela cabeça que seria daquela forma.

A Vereadora Filipa disse que pensou que a intervenção do Vereador Mário fosse sobre a actividade da Câmara. Acrescentou que "não quero deixar passar esta ocasião sem deixar duas notas. Uma é o juízo de valor, que acho indelicada a forma como o Vereador se referiu ao Presidente da Câmara que não está aqui presente e que me pediu para transmitir que está de férias fora de Borba. Ele não está presente e não é obrigado a estar presente, tem substituto legal. Em segundo é que à bocado quando da discussão dos Fundos Comunitários eu também tinha muita coisa para dizer, também me apetecia intervir na discussão, mas é uma discussão da Assembleia Municipal e não somos nós que julgamos a Assembleia Municipal mas sim a Assembleia Municipal que fiscaliza e julga a actividade da Câmara e os membros da Assembleia não estão aqui a ser fiscalizados pelos eleitos da Câmara".

Concedido o direito de resposta **ao Vereador Mário** disse que "não fiz nenhuma referência menos elogiosa ao Sr. Presidente da Câmara e aliás estava longe de mim fazei-lo ao Sr. Presidente da Câmara ou a qualquer dos vereadores. Eu reparo apenas um pouco na desorganização com que isto tudo se apresenta. Faz-se uma reunião de Câmara de forma apressada para se aprovar o orçamento, com o orçamento ainda

por completar para permitir que os documentos chegassem à Assembleia a tempo de esta sessão ser feita ainda no mês de Dezembro e agora falta aqui a cabeça que seria o que ilustraria melhor e defenderia melhor o orçamento".

4.- PROPOSTA DO NOVO REGIMENTO PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

O Sr. Presidente da Assembleia disse que este ponto serve apenas para distribuir os documentos de trabalho (proposta do novo regimento da Assembleia Municipal) que está sujeito a alterações que os membros da Assembleia possam vir a entender. Disse ainda que iria marcar uma reunião com os representantes das forças políticas para discussão deste documento.

Foi dada a palavra ao **Sr. Cardoso** que disse que talvez fosse melhor aguardar-se pela saída da nova legislação para se fazerem as alterações correctamente.

O Sr. Presidente da Assembleia disse que enquanto se vai estudando esta proposta e se faz a reunião pode ser que saia a nova legislação. Se isso não acontecer também se pode adiar algum tempo.

5- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE:

O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento dos documentos recebidos do Executivo Camarário sobre este assunto (documento número quatro anexo ao final desta acta).

Foi dada a palavra à **Vereadora Filipa** que referiu algumas questões que considera fundamentais na elaboração deste Plano e Orçamento entre as quais o facto de estarmos no último ano do segundo quadro comunitário de apoio e que alguns projectos que estão candidatados que por falta de verbas ainda não foram aprovados e que se mantêm previstos no Plano e Orçamento para mil novecentos e noventa e nove pois ainda há esperanças de que as reivindicações do reforço para a região Alentejo possa vir a beneficiar o nosso concelho.

Em relação à Lei das Finanças Locais lembrou que fomos dos concelhos com menor aumento de receitas rondando os seis e meio por cento e que certamente se vai reflectir no Plano e Orçamento. Por outro lado enumerou alguns investimentos de grande volume iniciados em noventa e oito e que se mantêm em noventa e nove como é o caso da estrada quinhentos e oito e Etar de Borba.

Disse ser um ano em que a preocupação vai no sentido da preparação de projectos com o reforço técnico, quer interno quer recorrendo ao exterior, com vista ao terceiro quadro comunitário de apoio.

Quanto às opções tomadas disse que por um lado iriam manter o ritmo em obras iniciadas, bem como nos loteamentos que estão em curso em todo o concelho, por outro lado iniciar a obra imprescindível para o concelho, embora sem financiamento comunitário assegurado, que é disse, a recuperação do Palacete dos Melos e a Construção do Auditório Municipal.

No apoio à terceira idade, disse ser urgente a construção do Centro de Dia da Orada em parceria com o Centro Regional de segurança Social.

Frisou ainda ser urgente a recuperação das Casas do Povo de Orada e Rio de Moinhos, bem como intervenção na área do ambiente, espaços verdes e abastecimento de água.

Em mil novecentos noventa e nove, disse ser o ano da inauguração do pavilhão gimnodesportivo de Borba, que acarreta para além do pagamento de uma grande parte da obra já feita e ainda não paga, o seu funcionamento e a sua manutenção em que a Autarquia é um dos responsáveis em conjunto com o Ministério da Educação.

Disse ainda que mil novecentos e noventa e nove é também o ano das comemorações dos vinte e cinco anos do Vinte e Cinco de Abril deixando a sugestão para que a Assembleia Municipal se faça representar na Comissão Organizadora das comemorações.

Referiu também que o Plano de Actividades apresentado contou com a participação dos eleitos das quatro Juntas de Freguesia e que naturalmente nem todas as necessidades apresentadas poderão ser contempladas, porque são muitas as propostas e necessidades.

Terminou dizendo que em relações a questões técnicas, se houvessem questões a colocar, estava ali presente a Dr^a Rosa Caeiro, responsável pela elaboração dos documentos, que responderia às questões

colocadas.

O Sr. Rézio chamou a atenção para o adiantado da hora, pois já tinham decorrido cerca de três horas de trabalho útil e ele não estava na disposição de prolongar o tempo para além das quatro horas.

Dirigiu em seguida a sua palavra para a Vereadora Filipa dizendo "aquilo que lhe vou dizer, e tenho essa certeza não me vai levar a mal, pois é com o maior respeito que o faço por si e pelo Sr. Presidente da câmara. Por si reitero que a transferência momentânea de poderes ou delegações de poderes do Sr. Presidente na Sr^a Dr^a Filipa não os contesto, foram bem entregues mas devo dizer-lhe que estou frustradíssimo com esta situação".

Continuou a sua intervenção dizendo que o Plano e Orçamento são dois instrumentos imprescindíveis para uma Câmara, disse que o Sr. Presidente da Câmara tem todo o direito de ter as suas férias, no entanto sob o ponto de vista ético revelou uma falta de consideração por todos aqueles que estão na Assembleia assim como para com o público, porque era o Sr. Presidente da Câmara que ali devia estar para responder às questões de dois instrumentos de tamanha importância. Disse manifestar desta forma a sua frustração e o seu profundo desgosto.

O Sr. Avó disse congratular-se com a iniciativa da Câmara na recuperação do Palacete dos Melos, tentando assim preencher algumas lacunas de carácter cultural.

Dada a palavra ao **Sr. Carlos Cabral** disse "com todo o respeito que tenho pelo substituto legal do Sr. Presidente da Câmara, penso que temos presente uma situação estranha. Não contesto o direito a ninguém tirar férias, contesto sim que se possa fazer esta discussão sem a presença do Sr. Presidente da Câmara". É evidente, disse, que o Plano e Orçamento são os documentos onde se consubstanciam as opções políticas para o ano, é evidente que a ausência do máximo responsável político do Executivo Camarário é de certa forma e não o quero afirmar, um desprestígio para a Assembleia Municipal, para os eleitos que aqui estão e que era difícil para a bancada do PS fazer esta discussão com a sua ausência.

Assim propôs em seguida e em nome da sua bancada o adiamento da sessão para Sexta-feira, dia oito de Janeiro, de modo a que se pudesse fazer e discussão dos dois documentos na presença do Sr. Presidente da Câmara.

Disse ainda que as dificuldades burocráticas ou administrativas que este adiamento possa trazer à Câmara não eram da responsabilidade dos membros da Assembleia municipal ali presentes.

A Vereadora Filipa disse "com todo o respeito que me merecem todas as opiniões dos membros da Assembleia Municipal acho que seria uma profunda falta de respeito da Assembleia por si própria e pela Câmara e principalmente pelos Municípios, não discutir e não votar o Plano e Orçamento só porque o Presidente da Câmara não está presente. A Lei é clara pois o Presidente da Câmara representa a Câmara na Assembleia por seu intermédio ou por intermédio do seu substituto legal em qualquer situação. Os membros da Assembleia têm o direito de tecer juízos de valores sobre a ausência do Sr. Presidente da Câmara mas não pode isso ser motivo impeditivo da discussão deste Plano de Actividades e orçamento que fazem falta ao concelho com ou sem o Presidente da Câmara aqui presente". Disse não estar magoada por o que ali tinha sido dito, "eu sou substituta legal do Presidente da Câmara e represento-o aqui para todos os efeitos.

O Sr. Cardoso disse não entender pois do ponto de vista da legalidade não cabe adiar a sessão. Adiantou que nos termos da Lei vinte e sete barra noventa e seis isto pode trazer algumas consequências. Disse ainda não haver nenhum impedimento legal à discussão dos documentos em causa independentemente dos juízos de valores que se façam. disse que se a proposta apresentada fosse aprovada, a bancada da CDU teria de aceitar, mas não seria da responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara, uma vez que estavam cumpridos os requisitos da legalidade para a discussão, apreciação e votação dos documentos, tratando-se sim de uma opção política da bancada PS.

Para terminar disse que a sessão fosse adiada não deixaria de consultar os órgãos competentes sobre os aspectos legais da decisão em conformidade com o disposto na Lei vinte e sete barra noventa e seis.

Dada a palavra ao **Sr. Carlos Cabral** frisou que da sua parte não tinha sido levantado qualquer aspecto de

legalidade, sendo evidente que se tratava de uma posição política. Disse ser legal o Sr. Presidente estar de férias, ser legal a sua substituição, no entanto aquela era uma Assembleia fundamental onde seriam discutidos os dois instrumentos que vão gerir o concelho de Borba durante o ano de mil novecentos noventa e nove e que evidentemente a ausência do Sr. Presidente da Câmara traria consequências políticas e são estas, disse que estou a tirar. Terminou dizendo "politicamente estes dois documentos devem ser discutidos na presença do Sr. Presidente da câmara, sem menosprezo ou falta de respeito pelas outras pessoas.

O Sr. Moura Lopes disse que ainda não tinha havido nenhuma intervenção sobre o Plano e Orçamento e isto porque a CDU, com propostas suas e ouvindo propostas das outras forças políticas levou-as em conta e ao levá-las em conta deixou o PS e o PSD sem argumentos para contestar este orçamento, desta forma aproveitam para falar do Presidente.

Disse "o grupo CDU assume por inteiro a questão política e responde dizendo que o PS quer votar contra este orçamento e não tem argumentos para tal, tenta arranja-lo desta forma.

O Sr. Presidente da Assembleia disse estarem todos ali para defender o concelho e como tal a atitude de "braço de ferro" do Sr. Moura Lopes fazendo juízos de valores quanto à votação dos eleitos do PS e PSD e que muitas vezes destas situações podem saís soluções precipitadas.

Dada a palavra ao **Sr. Rézio** lembrou mais uma vez a sua ultima intervenção e acrescentou que o que ele pode discutir é a maneira pouco ética da falta do Sr. Presidente da Câmara na sessão. Disse ainda que naturalmente estavam ali membros da assembleia que ao contrário do Sr. Presidente tinham tirado férias para estarem na sessão da Assembleia Municipal.

A Vereadora Filipa disse estar ali em representação do Sr. Presidente da câmara e continuaria até final da sessão. Lembrou ter sido a primeira vez que o Sr. Presidente da Câmara não estava presente numa Assembleia Municipal, recordando que durante o mandato do PS na Câmara o então Presidente faltou sistematicamente às Assembleia Municipais e nunca nenhum membro da Assembleia da altura levantou essa questão como impeditiva de discutir qualquer assunto. Acrescentou que o que estava em discussão não era o Plano e Orçamento do Presidente da Câmara, mas sim i da Câmara Municipal de Borba que foi votado em sessão de Câmara e que pode ser apresentado por qualquer eleito da Câmara.

Dada a palavra ao **Sr. Carlos Cabral** que disse "não está aqui em jogo a não aprovação dos documentos uma vez que o voto do PS até vai ser de abstenção, trata-se sim de uma questão ética e política". Disse ainda que as consequências se o assunto fosse adiado uma semana seriam as mesmas se os documentos fossem rejeitados, a vida administrativa da Câmara continuaria. Disse saber perfeitamente que o Orçamento e o Plano não são do Presidente da Câmara, no entanto na distribuição de pelouros dos vereadores, ao Sr. Presidente da Câmara coube-lhe a administração financeira, assim o orçamento e o plano são nitidamente, nesta Câmara, uma responsabilidade do Sr. Presidente. Desta forma concluiu ser aceitável que houvesse uma critica e um pedido para que o Sr. Presidente viesse a estar presente na discussão destes documentos.

O Sr. Cardoso lembrou novamente a Lei vinte e sete barra noventa e seis alínea e) número nove, que pela não aplicação desta norma, salvo casos excepcionais, que não era o caso da questão ética, pode cair na alçada das sanções que a Lei prevê para estas circunstâncias. Disse "se a Assembleia for adiada nós declaramos a nossa plena alienação da responsabilidade por um facto que não nos é imputável e a não responsabilidade sobre o Sr. Presidente da Câmara que cumpriu os requisitos formais e legais aplicáveis à sua representação na Assembleia Municipal.

O Sr. Norberto Alpalhão lembrou que realmente o Sr. residente da Câmara no mandato PS faltou com frequência à Assembleia Municipal mas nunca a uma sessão de discussão do Plano e orçamento.

Foi dada a palavra ao **Sr. Joaquim Miguel** disse perceber perfeitamente em termos políticos e não mais do que isso, a intervenção do Sr. Carlos Cabral, no entanto tem que ser dito que se está a perder tempo. Perguntou qual o inconveniente da discussão, em que é que ia mudar o sentido de voto se o Sr. Carlos

Cabral até já tinha tido a honestidade de dizer que o PS se ia abster. Disse reconhecer que o Sr. Carlos Cabral é um elemento que vem sempre bem preparado para a Assembleia, que é um elemento que traz valor acrescentado à Assembleia e tem muito orgulho em estar na mesma Assembleia em que ele está, mesmo discordando algumas vezes das suas opiniões.---Apelou para que se deixasse a questão do "politicamente correcto" e que pelo menos os pontos quatro e cinco da ordem de trabalhos fossem discutidos e votados.

O Sr. Rézio disse que da parte do PSD não houve nenhuma tentativa de fazer passar o tempo.---Disse "não contesto "o braço de ferro" do Sr. Moura Lopes, foi uma estratégia política, agora não sabe concerteza qual o sentido de voto do PSD, mas sabe perfeitamente que o PSD politicamente não é tão ignorante aqui como os Srs. Podem pensar e não seria o PSD que iria inviabilizar o Orçamento e o Plano, porque isso seria aquilo que os Senhores queriam, por isso fazem essa força, essa mão de ferro, para depois dizerem não conseguimos fazer porque eles não deixaram. Não os Senhores não conseguem fazer porque não são capazes o que é completamente diferente e isso verifica-se no Orçamento".

O Sr. Carlos Cabral agradeceu ao Dr. Joaquim Miguel pelos comentários que fez pela sua presença na Assembleia Municipal.

Disse que haviam inconvenientes e uma mudança muito grande se o PS abdicasse da proposta e essa mudança, disse, é uma questão de respeito por nós próprios e até pelo Sr. Presidente da Câmara, "por isso Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nós eleitos do PS assumimos a responsabilidade e apresentamos a proposta do adiamento para de hoje a oito dias no mesmo local e à mesma hora.

Dada a palavra **ao Sr. Vereador Serra** disse que tudo tem limites e que quanto a ele isto nem sequer era uma questão política mas sim uma questão partidária e "eu não sei que dividendos políticos o PS quer tirar duma discussão deste tipo mas que neste momento não está a respeitar os Vereadores presentes, não está. Será que a população de Borba e os eleitores do PS e do PSD vão entender o que se está a passar nesta Assembleia. A Câmara não é constituída por um Presidente, mas sim por um presidente e quatro vereadores e estão aqui representados e disponíveis para discutir com as bancadas tudo aquilo que são as suas opções, a maioria daqueles que defendem este Plano e Orçamento.

O Sr. Cardoso disse que quando leu a ordem de trabalhos e o modo como ela estava elaborada entendeu o objecto, porque por mero sentido de estado este deveria ser o ponto primeiro da ordem de trabalhos antes das Actividades da Câmara. Disse que a CDU não tinha tido mão de ferro mas sim tinha invocado o quadro legal.

O Sr. Presidente da Assembleia disse que a discussão realmente estava a ser surrealista e tornava-se ainda mais quando se afirmava que a ordem de trabalhos era intencional pois a ordem de trabalhos passou a ser organizada daquela forma porque em conversa com o Sr. Presidente da Câmara se sugeriu que as Actividades da Câmara fossem incluídas nos primeiros pontos pois o público necessitava de obter as respostas às questões formuladas.

Sr. Moura Lopes disse que a sua intervenção foi uma resposta política à posição política do PS.

O Sr. Diogo Sapatinha perguntou onde já se tinha visto o orçamento ser apresentado aos trabalhadores da Câmara em primeiro lugar e só depois à Assembleia, não será também isso um desrespeito, perguntou.

O Sr. Paixão disse "são horas de reunir esforços e vontades e as acções ficam para quem as pratica. Se alguém está a prejudicar esta Assembleia ficará com ele. Porque já foram adiantadas as intenções de voto, à partida sabemos que o Plano e o Orçamento vão ser aprovados, daí que, creio eu, não se perdia nada, e faço um apelo à bancada do PS para retirar a proposta e vamos votar os documentos".

Perante esta proposta o **Sr. Presidente da Assembleia** perguntou ao Sr. Carlos Cabral se mantinha ou retirava a sua proposta. Em resposta foi-lhe dito por aquele membro que mantinha a sua proposta. Assim o Sr. Presidente da Assembleia pôs à votação a proposta do Sr. Carlos Cabral tendo esta sido rejeitada com nove votos contra, três abstenções e seis votos a favor.

Assim foi dada a palavra ao **Sr. Paixão** que em relação ao Plano solicitou esclarecimentos sobre a obra de construção do polidesportivos no concelho quais as áreas do concelho que vão ser contempladas, bem como no melhoramento de parques desportivos, quais?

A **Vereadora Filipa** disse que naquelas obras estão consideradas como prioridades o início da construção do polidesportivo do Barro Branco e alguns melhoramentos no campo de futebol de Rio de Moinhos.

Dada a palavra ao **Sr. Artur Pombeiro** que colocou algumas questões referentes ao orçamento especialmente no que se refere a aquisição de equipamento e ao realojamento Municipal.

O Sr. Vereador Serra disse que em relação ao equipamento está previsto a aquisição duma pá carregadora. quanto ao realojamento Municipal disse referir-se aos vinte e dois fogos de habitação social que estão a ser construídos na zona do Chalé.

O Sr. Rézio perguntou a que se referia o parque de feiras e exposições

O Vereador Serra disse tratar-se de uma verba para a elaboração do projecto de parque de feiras e exposições, pois mil novecentos e noventa e nove vai ser um ano em que se tem que preparar projectos para o terceiro quadro comunitário de apoio, previsto para o terreno frente à Quinta do general.

O Sr. Proença disse não ver no campo da educação-ensino básico nenhuma dotação para mil novecentos e noventa e nove.

A **Vereadora Filipa** disse que no ensino pré-escolar está incluído o ensino básico pois foram agrupados na mesma rubrica.

O Sr. Proença fez ainda alguns reparos no que se refere ao apoio à terceira idade onde houve uma redução de vinte e nove por cento na dotação e em relação ao ano anterior.

Dada a palavra ao **Sr. Rézio** fez um reparo em relação à festa da vinha e do vinho dizendo que está um pouco melhorada no orçamento de noventa e nove e que nunca lhe tinha sido explicado qual o retorno para Borba dessa festa pois sempre defendeu que essa festa devia ser feita pelos proprietários da Adega Cooperativa e pelos privados que têm os vinhos.

O Sr. Diogo Sapatinha perguntou que projectos em concreto é que estavam candidatados ao PORA-sub-programa A, B e C, pois não percebia se no plano era dito que provavelmente não iriam ocorrer novas aprovações de projectos como é que estão dotados cerca de oitocentos mil contos na receita do orçamento.

O Sr. Joaquim Miguel em relação à Festa da Vinha e do Vinho lembrou que a história de Borba tem cerca de seiscentos anos e nunca nenhum produtor de vinho fez esta festa, foi a CDU que a fez pela primeira vez por sugestão de uma vereadora do PS, no primeiro mandato da CDU neste ultimo ciclo.

Dada a palavra ao **Vereador Serra** disse que as obras candidatadas ao quadro comunitário de apoio são saldos de execução de obras que estão aprovadas dando como exemplo a segunda fase da zona industrial da Cruz de Cristo e estrada quinhentos e oito (subprograma B); Festa da Vinha e do Vinho (subprograma C); ETAR de Borba (Intereg), loteamentos habitacionais (subprograma A), entre outras.

O Sr. Presidente da Assembleia dado ter terminado o tempo de trabalho útil, colocou a questão se era ou não de se continuar esta discussão. Após algumas duvidas levantadas sobre esta questão, o r. Presidente da Assembleia colocou à votação que se acabasse a discussão e votação deste ponto e que a continuação da sessão com os restantes pontos passasse para o dia oito de Janeiro.

Esta proposta foi aprovada com onze votos a favor, três abstenções e quatro votos contra.

Não havendo mais inscrições o Sr. Presidente da assembleia colocou à votação, em separado, estes

documentos, tendo sido aprovado por maioria com nove votos a favor, oito abstenções e um não votante o Plano de Actividades para o ano de mil novecentos e noventa e nove. Foi também aprovado por maioria com nove votos a favor, oito abstenções e um não votante o Orçamento para o ano de mil novecentos noventa e nove.

Em seguida foi apresentada pelos eleitos da CDU a declaração de voto anexa ao final esta acta como documento número cinco e que aqui se dá como reproduzida.

Por não haver mais nenhuma inscrição, o **Sr. Presidente da Assembleia** procedeu à leitura da minuta da acta desta sessão, que aqui se dá como reproduzida.

Posta à votação a referida minuta, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a sessão, da qual foi lavrada acta que vai ser enviada aos membros desta Assembleia para ser aprovada.